

Nota Informativa Executivo Federal

BRASÍLIA, 30 DE NOVEMBRO DE 2017
19h

3ª Reunião do CTCB (Combustível Brasil)

Em 30/11, foi realizada a terceira reunião do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB), em Brasília (DF). O fórum foi instituído para discutir as propostas do programa Combustível Brasil, reunindo representantes do setor público e privado. Na reunião, foi apresentado o *status* dos trabalhos dos quatro subcomitês criados para discutir as 32 propostas apresentadas pelas entidades setoriais. O encontro foi conduzido pelo Diretor de Combustíveis Derivados de Petróleo do MME, Cláudio Ishihara.

PROXIMOS PASSOS

- A próxima reunião do CTCB está prevista para 24/05/2018, em Brasília (DF), a depender da confirmação de agenda;
- Em 07/12/2017, o CNPE deverá deliberar sobre as propostas apresentadas pelo CTCB.

DETALHAMENTO

Abertura

O Secretário Adjunto de Petróleo e Gás, João Souto, abriu a reunião destacando os últimos avanços nas propostas para o setor de combustíveis. Ele citou a rápida aprovação do projeto de lei do Renovabio na Câmara dos Deputados, segundo ele, com concordância do MME e Ministério da Fazenda - MF; a aprovação da Medida Provisória 795/2017 (REPETRO); a apresentação do substitutivo do projeto de lei do gás natural; e a publicação da Resolução CNPE 23/2017, que estabelece a adição obrigatória de dez por cento de biodiesel ao óleo diesel.

Sobre a diferenciação de preços do GLP, ressaltou que o tema é importante e está sendo discutido com os ministérios da Fazenda - MF, Planejamento - MPDG, Casa Civil - CC e Desenvolvimento Social - MDS, tendo em vista o impacto social e, ao mesmo tempo, a necessidade de atrair investimento. Da mesma forma, avalia-se o impacto do fim das restrições de uso do GLP na demanda/oferta.

O Secretário Adjunto também deu destaque à notícia da retomada do projeto de refinaria no Maranhão, por meio de uma parceria com investidores chineses. Para ele, o projeto é importante para o abastecimento, em vista do aumento da importação de combustíveis e do programa de desinvestimento da Petrobras.

Subcomitê de Abastecimento

A coordenadora do subcomitê, Maria Inês (ANP), relatou as ações que foram desenvolvidas no ano de 2017, como:

- Implementação de sistema de monitoramento de informações do mercado, o qual faz cruzamento de notas fiscais;
- Realização de estudo da logística de distribuição do GLP e publicação de Nota Técnica que identifica os gargalos.
- Revisão de resoluções da ANP, visando à desburocratização: RANP 67/2011 (aquisição de Etanol Anidro), que aguarda decisão da Diretoria Colegiada; RANP 17/2004 (envio de informações sobre derivados de petróleo à ANP), que deverá ser publicada na próxima semana; RANP 709/2017

(revenda e distribuição de GLP), já publicada e polêmica por tratar da diferenciação de preços; RANP 10/2016 (autorização TRRNI), que deverá ser submetida à consulta pública nos próximos dias;

- Criação de GT ANP-ANTAQ para elaborar resolução conjunta sobre a priorização de licitação de portos importantes para o abastecimento nacional;
- Publicação de Boletim Mensal de Lubrificantes e Relatório Bimestral de Resultados de Comércio Exterior;
- Realização de workshops sobre infraestrutura para GLP e sobre abastecimento de combustíveis no Brasil;
- Realização de seminário sobre combustíveis de aviação. Maria Inês propôs que o tema entrasse no rol de propostas do Combustível Brasil, de modo a ampliar a discussão. Segundo ela, deverá ser formado um GT com ANP, ANTT, ANAC, INFRAERO e agentes de mercado.

Já para 2018, a Coordenadora do Subcomitê de Abastecimento afirmou que serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Revisão da RANP 58/2014 (distribuição de combustíveis líquidos) até junho/2016;
- Conclusão do estudo sobre restrição de uso do GLP até fevereiro/2016;
- Criação de GT com instituições de meio ambiente para discutir autorização em áreas sensíveis até fevereiro/2018;
- Estudo sobre fomento à formulação de combustíveis e produção de lubrificantes;

Manifestações

- **MME:** O Diretor Claudio Ishihara afirmou a tentativa de sensibilização do Ministério dos Transportes e PPI sobre a importância da licitação nos portos relevantes para o abastecimento, destacando Miramar e Vila do Conde.
- **Sindicom:** Leandro Silva questionou como seria divulgado o modelo para Miramar. Em resposta, Maria Inês afirmou que a ANP apenas respondeu à consulta feita pelo PPI e que acreditava que os documentos seriam divulgados pelo MTPA ou PPI.

Leandro também mencionou a importância do estudo sobre oferta, demanda e matriz energética elaborada pela EPE para avaliação dos próximos passos no âmbito do Combustível Brasil e questionou se seria atualizado. Em resposta, Maria Inês afirmou que a ANP e a EPE tem trabalhado em conjunto, mas que o estudo é uma iniciativa da EPE. De todo modo, considerou uma boa sugestão a utilização do estudo.

Subcomitê de Concorrência e Competitividade

O Coordenador do Subcomitê, Bruno Caselli (ANP), explicou que o grupo se dedicou à Propostas 26, referente à diferenciação de preços para GLP, instituída pela Resolução CNPE 04/2005. Segundo ele, foram realizadas 9 reuniões, 1 questionário e workshop para discussão do assunto. Ao final dos trabalhos, o relatório a ser encaminhado ao CNPE analisou os aspectos positivos, negativos e impactos, recomendando: 1) revogação da Resolução CNPE 04/2005; e 2) estudo sobre o impacto da eventual elevação do produto para a baixa renda e possíveis alternativas.

De acordo com Caselli, caso o CNPE não acate a sugestão de revogação imediata, a alternativa seria reavaliar o artigo 22 da Resolução 49/2016 para mitigação dos entraves gerados pela diferenciação de preços.

Para 2018, o Coordenador afirmou que a previsão é trabalhar conjuntamente as Propostas 21 e 23:

- P.21: Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado;
- P.23: Aperfeiçoar a atuação regulatória de modo a evitar cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

Além da Proposta 22, que diz respeito à renovação do acordo de cooperação entre ANP e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, cujo encerramento deverá ocorrer em abril de 2018.

Manifestações

- **MME:** o Diretor Claudio Ishihara sugeriu também incluir no plano de trabalho a Proposta 24 “Realizar estudos de modo a avaliar o nível de concentração em mercados relevantes com o intuito de subsidiar as decisões das autoridades competentes nas análises da atuação dos agentes e dos atos de concentração, incluindo possíveis desinvestimentos da Petrobras”.
- **Sindicatos:** Sérgio Bandeira de Mello chamou a atenção para as dificuldades de implementação de um programa social no cenário eleitoral e de crise fiscal atual. Ele destacou que, caso o CNPE não revogue a Resolução 04/2005, é premente a revisão do art. 22 da RANP 49/2016 para avaliar o mecanismo de funcionamento do preço fora do sistema Petrobras, sob pena de gerar reserva de mercado à estatal. Para ele, se nada for feito, as discussões sobre atração de investimento serão inócuas, pois não haverá interesse de agentes privados e possibilidade de futuras dificuldades para o abastecimento.

O Diretor Ishihara ressaltou que o subcomitê fez uma recomendação tácita de revogação da Resolução CNPE 04/2005 e que agora a decisão cabe ao CNPE. Acrescentou que já se trabalha na revisão do artigo. 22, como plano B.

Subcomitê de Infraestrutura

O Coordenador Luiz Theodoro (MME) citou como ações de 2017 a criação do GT ANP-ANTAQ para priorização dos portos importantes para o abastecimento e a realização do workshop sobre infraestrutura em 26/10/2017. Como resultado, foi publicado documento com o registro das propostas, que serão o norte das discussões ao longo de 2018.

Subcomitê de Tributação

O representante da EPE, Guilherme, explicou que o foco do grupo foi a discussão sobre a bitributação de GLP oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN. Segundo ele, com a extinção em outubro da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI que tramitava no STF, foi possível obter avanços.

Em 05/10/2017, o assunto foi levado ao CONFAZ, resultando na criação de subgrupo no colegiado para acompanhar as propostas do Combustível Brasil, coordenado pelo estado do Rio de Janeiro.

Após questionário e workshop, foi concluído o relatório final do subcomitê para avaliação do CNPE. Se aprovado, a expectativa é que a recomendação do CNPE estimule os estados a aderirem ao Protocolo ICMS 04/2014. Neste sentido, já há sinalizações do Espírito Santo, Distrito Federal e Paraíba.

Para 2018, a proposta do subcomitê é discutir, não simultaneamente, as Propostas 29, 25 e 31:

- Proposta 29: Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.
- Proposta 25: Avaliar ações para garantir o desenvolvimento de um mercado competitivo nos diversos elos da cadeia, com condições de oferta a preços de mercado para combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo no Brasil.
- Proposta 31: Avaliar alternativas de estímulo à atividade de refinamento, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

Manifestações

- **MME:** o Diretor Claudio Ishihara lembrou a importância do governo e o Sindicatos atuarem junto aos estados para adesão ao ICMS 04/2014.
- **Sindicatos:** Sérgio Bandeira de Mello elogiou o bom trabalho desenvolvido pelo subcomitê.

ANEXOS

- As apresentações utilizadas durante a reunião deverão ser disponibilizadas no [link](#).

Equipe da
Umbelino Lôbo
Assessoria e Consultoria